

I N F O R M A T I V O – C S M P F N° 1 8 2

2ª SESSÃO ORDINÁRIA (14.3.2023) - 9h

PRESIDENTE:	Procurador-Geral da República Augusto Aras, presencialmente
CONSELHEIROS:	Presencialmente: Subprocuradores-Gerais da República Luiza Cristina Fonseca Frischeisen, José Adonis Callou de Araujo Sá, Mario Luiz Bonsaglia, Carlos Frederico Santos, Elizeta Maria de Paiva Ramos, Alcides Martins, Lindôra Maria Araujo e; Por videoconferência: Nívio de Freitas Silva Filho e Luciano Mariz Maia (suplente) Ausente, justificadamente: Hindenburgo Chateaubriand Pereira Diniz Filho
CORREGEDORA-GERAL:	Subprocuradora-Geral da República Célia Regina Souza Delgado, presencialmente
OUTRAS PRESENÇAS:	Presencialmente: Subprocuradora-Geral da República Maria Emilia Moraes de Araújo (Auxiliar do gabinete do Procurador-Geral da República junto ao CSMPF), Procuradores Regionais da República Ubiratan Cazetta (Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR), Darlan Airton Dias (Chefe de Gabinete do Procurador-Geral da República) e Advogado Felipe Mesquita

ATA	Aprovadas as atas da 1ª Sessão Ordinária de 2023 e da 1ª Sessão Ordinária eletrônica de 2023				
DISCIPLINAR	Item da pauta	Processo	Interessado(a)	Relator(a)	Decisão
	3	006/2018-49	Corregedoria do Ministério Público Federal	Cons. Carlos Frederico Santos	Pediu vista, antecipadamente, o Conselheiro Mario Luiz Bonsaglia
	6	089/2020-91	Corregedoria do Ministério Público Federal	Cons. Alcides Martins	Pediu vista, antecipadamente, a Conselheira Luiza Cristina Fonseca Frischeisen

PROCESSOS JULGADOS EM BLOCO:

AFASTAMENTO, MESTRADO, DOUTORADO E EVENTOS RESOLUÇÃO CSMPF N° 192	Item da pauta	Processo	Interessado(a)	Assunto	Relator(a)	Decisão
	48	188/2022-44	Dr. Marlon Alberto Weichert	Afastamento do país para participar do simpósio <i>Promoviendo la innovación judicial institucional en la búsqueda de la responsabilidad corporativa y la justicia transicional en América Latina</i> , em Buenos Aires/Argentina, no período de 7 a 11 de junho de 2023.	Cons. Nívio de Freitas Silva Filho	À unanimidade, favorável

CORREIÇÃO	Item da pauta	Processo	Interessado(a)	Assunto	Relator(a)	Decisão
	42	067/2021-10	Corregedoria do Ministério Público Federal	Relatório Geral de Correição Ordinária nas Câmaras de Coordenação e Revisão e Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão realizada no período de 29 de novembro a 3 de dezembro de 2021.	Cons. Nívio de Freitas Silva Filho	À unanimidade, ciente
	50	039/2022-75	Corregedoria do Ministério Público Federal	Relatório Geral de Correição Ordinária na Procuradoria da República em Rondônia e Procuradorias da República em Guajará-Mirim, Ji-Paraná e Vilhena realizada no período de 1º a 9 de setembro de 2022.	Cons. Nívio de Freitas Silva Filho	À unanimidade, ciente
DISCIPLINAR	Item da pauta	Processo	Interessado(a)	Assunto	Relator(a)	Decisão
	41	003/2021-19	Corregedoria do Ministério Público Federal	Prorrogação, por 30 (trinta) dias, a contar de 23 de fevereiro de 2023, do prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo, designada pela Portaria PGR/MPF nº 923, de 23 de novembro de 2022. Referendar.	Cons. Nívio de Freitas Silva Filho	À unanimidade, pela prorrogação
	49	007/2022-70	Corregedoria do Ministério Público Federal	Prorrogação, por 60 (sessenta) dias, a contar de 23 de janeiro de 2023, do prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo, designada pela Portaria PGR/MPF nº 850, de 18 de outubro de 2022. Referendar.	Cons. José Adonis Callou de Araújo Sá	À unanimidade, pela prorrogação
DIVERSOS	Item da pauta	Processo	Interessado(a)	Assunto	Relator(a)	Decisão
	33	164/2022-95	Dr. Carlos Alexandre Ribeiro de Souza Menezes	Recurso Administrativo contra a decisão administrativa proferida pelo Procurador-Chefe da Procuradoria da República em Minas Gerais em 20/09/2022 (PR-MG-00070138/2022). Redistribuição de acervo.	Cons. Carlos Frederico Santos	À unanimidade, pelo não conhecimento do recurso administrativo e pela restituição dos autos ao Procurador-Geral da República

REGULAMENTAÇÃO	Item da pauta	Processo	Interessado(a)	Assunto	Relator(a)	Decisão
	Extrapauta	207/2021-51	Procuradoria da República em São Paulo	Inclusão de autorização prévia do CSMPF para exclusão de Ofício vago, especialmente àqueles destinados à discriminação de unidades em proposta de reestruturação, e imediata abertura de concurso de remoção para as vagas em aberto na PR/SP, na PRM Petropolis e na PRM Ponta Grossa. Proposta de Resolução. Perda de objeto.	Cons. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen	À unanimidade, pelo arquivamento, tendo em vista a perda do objeto
REPARTIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES RESOLUÇÃO CSMPF nº 104	Item da pauta	Processo	Interessado(a)	Assunto	Relator(a)	Decisão
	38	024/2021-36	Procuradoria da República em Presidente Prudente/SP	Repartição das atribuições entre os membros da Procuradoria da República em Presidente Prudente/SP. Estabelece regras para distribuição dos ofícios especiais e de administração. Portaria nº 3/2020. Portaria PGR/MPF nº 755/2020. Resolução CSMPF nº 104/2010. Perda de objeto.	Cons. Nívio de Freitas Silva Filho	À unanimidade, pela perda de objeto
	39	028/2021-14	Procuradoria da República no Espírito Santo	Repartição das atribuições entre os membros da Procuradoria da República no Espírito Santo e PRM's vinculadas. Estabelece regras para distribuição dos ofícios especiais e de administração. Portaria PRES nº 2/2021 e Portaria PRES nº 134/2021. Portaria PGR/MPF nº 755/2020. Resolução CSMPF nº 104/2010.	Cons. Nívio de Freitas Silva Filho	À unanimidade, aprovadas
	40	086/2021-48	Procuradoria da República em Rondônia	Repartição das atribuições entre os membros da Procuradoria da República em Rondônia e PRM's vinculadas. Estabelece regras para distribuição dos ofícios especiais e de administração. Portaria Conjunta nº 12/2021. Portaria PGR/ MPF nº 755/2020. Resolução CSMPF nº 104/2010.	Cons. Lindôra Maria Araújo	À unanimidade, aprovada
	46	067/2022-01	Procuradoria da República no Espírito Santo	Repartição das atribuições entre os membros da Procuradoria da República no Espírito Santo e PRM's vinculadas. Resolução PRES nº 3/2022. Ofícios	Cons. Nívio de Freitas Silva Filho	À unanimidade, aprovada

				especiais dos juizados especiais federais. Resolução CSMPF nº 104/2010. Portaria PGR/MPF nº 264/2022.		
47	<u>083/2022-95</u>	Procuradoria da República no Maranhão	Repartição das atribuições entre os membros da Procuradoria da República no Maranhão. Resolução CSMPF nº 104/2010. Portaria PGR/MPF nº 264/2022.	Cons. Lindôra Maria Araújo	À unanimidade, aprovada	